



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

**PERSPECTIVAS DE MÃES DE ADOLESCENTES COM BAIXA
VISÃO: QUANTO AO NASCIMENTO E A VIDA ESCOLAR**

MOSART DE VASCONCELOS PESSOA NETO

ORIENTADORA: ANA PAULA PERTUSSATI TEPERINO

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

MOSART DE VASCONCELOS PESSOA NETO

**PERSPECTIVAS DE MÃES DE ADOLESCENTES COM BAIXA
VISÃO: QUANTO AO NASCIMENTO E A VIDA ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: M^a Ana Paula Pertussati Teperino

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

MOSART DE VASCONCELOS PESSOA NETO

PERSPECTIVAS DE MÃES DE ADOLESCENTES COM BAIXA VISÃO: QUANTO AO NASCIMENTO E A VIDA ESCOLAR

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovado pela banca formada pelos professores:

ANA PAULA PERTUSSATI TEPERINO

ALIA MARIA BARROS GONZÁLEZ NUNES (Examinador)

MOSART DE VASCONCELOS PESSOA NETO

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos meus familiares que sempre estiveram ao meu lado me apoiando e incentivando, permitindo a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que sempre esteve na arquibancada da minha vida torcendo por meu sucesso, me ajudando a levantar mediante algumas derrotas e sempre buscando me orientar para os melhores caminhos a serem percorridos.

A minha família pelo carinho, afeto e apoio incondicional a cada amanhecer.

A minha orientadora M.^a Ana Paula Pertussati Teperino, pelo suporte e apoio no decorrer deste curso, sempre com correções e incentivos, proporcionando chegar onde estou.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o alcance da conclusão no curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB.

“É preciso diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, até que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a perspectiva de mães de adolescentes com baixa visão e como estes observam e analisam o desenvolvimento de seus filhos no nascimento e na vida escolar, buscando evidenciar a importância da participação das mães no desenvolvimento escolar dos filhos. Participaram desta pesquisa três mães de adolescentes com baixa visão, sendo utilizada a entrevista semiestruturada para o levantamento da coleta de dados. Após a análise dos dados, foi observado que as mães sentem que a deficiência visual dos filhos é algo que gera grande angústia na família. O casal idealiza o filho e deseja que ele venha a ter saúde, portanto, a notícia de um filho que apresenta alguma deficiência, ocasiona uma quebra de sonhos e desejos dos pais, gerando importantes sentimentos de frustração. As perspectivas que permeiam o futuro do filho geram ansiedade nos pais e a inserção na vida escolar traz para o casal uma possibilidade de desenvolvimento, porém não o suficiente para atender todas as necessidades. Ainda assim, os pais acreditam ser importante o processo de inclusão escolar, visto que, este convívio é necessário para um maior desenvolvimento social e educacional.

Palavras-chaves: Baixa visão. Perspectivas das mães. Ensino regular. Inclusão escolar.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	09
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1. Baixa visão	11
2.2. O preconceito e algumas derivações no decorrer do tempo	12
2.3. A escola em busca de uma pedagogia inclusiva	14
2.4 O processo de aceitação do filho e a visão das mães sobre a proposta pedagógica de ensino inclusivo	16
3. OBJETIVOS	20
3.1. Objetivo Geral	20
3.2. Objetivos específicos	20
4. METODOLOGIA	21
4.1. Contexto da pesquisa	21
4.2 Participantes	21
4.3 Materiais	22
4.4 Instrumentos de Construção de Dados	22
4.5 Construção e análise de Dados	22
5. RESULTADOS E DISCUSÃO	24
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	

1 APRESENTAÇÃO

Em um olhar no passado, a valorização da perfeição era amplamente desejada para que o indivíduo tivesse capacidade de agir no mundo de forma ampla, se utilizando das mais diversas características e forças humanas, para assim proporcionar a sobrevivência de si próprio como também da comunidade a qual pertencia. Dessa forma, era valorizada a lei do mais forte, quando os fracos eram abandonados a própria sorte, sendo excluídos idosos, doentes e pessoas com deficiência, sendo o último adquirido por causas pré e perinatais ou durante o decorrer vida.

Segundo Castro (apud MARCÍLIO 1998, p.23) na Roma, antiga os bebês com má formação eram rejeitados ou afogados. Estes eram mortos, atirados ao mar ou queimados. Acreditava-se que as deformidades traziam mau agouro para a comunidade e para a família. Por conseguinte, tanto o homem quanto a mulher ao saberem que seriam pais idealizavam um modelo de filho, se embasando em características familiares. Entretanto, quando a criança nascia com algum tipo de deficiência, os pais tornavam-se apreensivos, pelo fato de acharem que a mesma não conseguiria se desenvolver da mesma forma que os demais.

De acordo com Fiamenghi e Messa (2007, p. 239) o nascimento de uma criança com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), confronta toda a expectativa dos pais, pois a família é acometida por uma situação inesperada. Os planos de futuro da família e da criança quase sempre são abdicados, e a experiência de parentalidade deve ser ressignificada. Analisando estes e outros fatores, os pais enfrentam um dilema de iniciar o ingresso de seu filho na sociedade, que tem o seu ápice de inserção na instituição escolar. De forma que neste ambiente as crianças são inseridas em um meio totalmente diferente ao qual estão acostumadas e que seus pais não estarão diretamente presentes, apresentando uma realidade diferente.

Este trabalho tem como objetivo analisar a visão das mães de alunos com baixa visão durante o diagnóstico e no processo de inclusão escolar. Dessa maneira, algumas questões serão investigadas: o ambiente físico da escola é adaptado a receber seu filho?; qual a proposta pedagógica da escola para educação?; será que os demais alunos irão acolhê-lo?; será que os professores estão capacitados para educá-lo?; será que as mães estão preparadas para aceitar a inclusão do seu filho dentro da escola?

Assim foi realizada uma pesquisa com 3 (três) mães de adolescentes que possuem baixa visão e frequentam o 1º ano de uma escola de Ensino Médio estadual na cidade de Cruzeiro do Sul/Acre. Os alunos foram selecionados mediante a orientação por parte da professora da sala de inclusão, que informou a maior participação destes e de suas mães na escola. As mães estão compreendidas em uma faixa etária de 36 a 43 anos (36, 41, 43) sendo o filho com baixa visão respectivamente primogênito, terceiro e segundo na gestação. E o grau de instrução das duas primeiras é o ensino médio e da primeira apenas o fundamental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Baixa visão

A sociedade normalmente busca por seres que tenham capacidade física, auditiva, visual e intelectual preservadas, para desempenhar atividades necessárias à sobrevivência e desenvolvimento da mesma. Entretanto, o ser humano, no decorrer de sua existência, muitas vezes desenvolve características peculiares, sejam elas de forma congênita ou hereditária, deficiências que acarretam algumas limitações em atividades de seu cotidiano. Atividades estas que acabam afetando a sua possibilidade de interagir no meio ao qual está inserido, uma vez que lhe é creditado a impossibilidade de se desenvolver adequadamente, além do fato de que muitas vezes, há necessidade de que alguém esteja lhe acompanhando. Assim, ao invés de ter uma pessoa a mais para atuar na comunidade, ocorre a defasagem de duas pessoas, uma detentora de deficiência e outra para cuidar da mesma.

Havendo a necessidade da caracterização do que é deficiência, a mesma apresenta um conceito amplo. De acordo com Bragança (2009, p. 25) deficiente, na língua portuguesa, significa: 1) Que tem deficiência; falho, imperfeito, incompleto; 2) Escasso. Deficiência é falta, lacuna, imperfeição, insuficiência.

Dessa maneira, ao observar os tipos de deficiências, observa-se que os seres humanos que a possuíam, sofriam preconceito e eram discriminados desde os primórdios, quando eram sacrificados ou abandonados. Séculos depois já não eram abandonados ou sacrificados, mas eram escondidos da sociedade, e por fim os dias atuais, quando tanto a família como a sociedade já os percebem com um olhar diferenciado e sensível, possibilitando assim à inclusão dessas pessoas no meio social. Assim, a sociedade no trato para com pessoas que possuem essas características direta ou indiretamente, acaba muitas vezes excluindo do seu meio essas pessoas por acreditar que são seres imperfeitos, que não possuíam o mesmo valor que os demais, e assim menos atenção.

Dentre os tipos de deficiência, existe a baixa visão, que segundo Maciel e Barbato (2010, p. 159) é um comprometimento visual em ambos os olhos que, mesmo após tratamento e(ou) correção de erros refracionais comuns, resulte em acuidade visual inferior a 20/70 (ou) restrinja o campo visual, interferindo na execução de tarefas visuais.

Dessa maneira, pessoas que possuem baixa visão, independente da forma a qual adquiriram tal necessidade, carecem de uma estrutura social ampla, seja ela no âmbito familiar, escolar, laboral) para que possa assimilar os conceitos e saberes a sua volta. Principalmente pelo fato de que, é a visão, um dos principais e fundamentais sentidos para a existência humana, pois é deste que é observado às formas, as distâncias, as cores e muitos dos demais conceitos que o mundo lhe possibilita.

Assim, Maciel e Barbato (2010, p.160) afirmam que, “no Brasil, cerca de 1,0 a 1,5% das pessoas com deficiência apresentam deficiência visual (aproximadamente 1,7 milhões de pessoas), sendo 80% com baixa visão e 20% cegas.” Ainda de acordo com as autoras (2010, p.160 apud Siaulyš 2006, p. 7):

[...] muitos dos problemas causadores da deficiência visual poderiam ser evitados com medidas eficazes de prevenção (programas de saúde, aconselhamento genético, vacinação, acompanhamento pré-natal, saneamento básico, detecção e tratamento precoce das alterações visuais, triagem em creches, pré-escolas e escolas de educação básica).

Portanto, para lidar com pessoas que possuem baixa visão, há a necessidade de que todas as pessoas sejam familiares, membros escolares ou todos os demais do seu convívio social, estejam preparadas para lidar com essa heterogeneidade. Os agentes que atuam diretamente com os mesmos devem utilizar de métodos e práticas assistivas na busca de um maior e melhor relacionamento diversificado, com intuito de propiciar o seu desenvolvimento global, uma vez que é um ser humano como todos os demais e, portanto detentor de características psíquicas e intelectuais, que lhe permitem mesmo com limitações visuais ter uma experiência satisfatória.

Os recursos devem ser adequados para atender às especificidades do funcionamento visual de cada pessoa. A heterogeneidade das características que integram o grupo com baixa visão exige avaliação e planejamento adequados que envolvam uma equipe multiprofissional. O trabalho diversificado dá respostas à gama de variações encontradas em alunos que, inclusive, apresentam a mesma patologia e igual nível de acuidade visual (MACIEL; BARBATO, 2010, p. 162).

2.2 O preconceito e algumas derivações no decorrer do tempo

O ser humano valoriza a excelência das capacidades físicas, auditivas, visuais e intelectuais, que mediante tal preceito a sociedade é regida por leis e normas gerais. Esse conceito advém desde os primórdios da existência da humanidade, sendo percebido não só

em seres humanos como também no mundo animal, tirando como exemplo a seleção feita por fêmeas na hora da escolha de seus parceiros para a procriação. Dessa forma, o homem como um animal racional no decorrer de sua evolução sempre apreciou características que faziam seus detentores se sobressair sobre os demais e descartar os semelhantes que possuíam atributos que dificultavam sua existência, como doenças, velhice e anomalias no geral.

Nas sociedades de cultura primitiva, os povos eram nômades, sobrevivendo da caça e da pesca. Estavam sujeitos às intempéries e aos animais selvagens. Tudo isto dificultava a aceitação de pessoas que fugiam à rotina da tribo, pois, incapazes de ir à busca da caça e de sobreviver por si mesmos à agressividade da vida, essas pessoas mostravam-se dependentes da tribo. Por este motivo, eram abandonadas em ambientes agrestes e perigosos, o que inevitavelmente contribuía para sua morte (RODRIGUES, 2008, p.7).

Assim, as crianças com anormalidades eram consideradas sub-humanas, incapazes de sobreviverem em certos ambientes, devido a sua incapacidade de fazer suas próprias tarefas, ficando à mercê do grupo a qual pertenciam, tornando-se um fardo a ser carregado e também um atraso, por isso muitos pais optavam pela eliminação de seus filhos para facilitar a vida nômade a que viviam.

Matam-se cães quando estão com raiva; exterminam-se touros bravios; cortam-se as cabeças das ovelhas enfermas para que as demais não sejam contaminadas; matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos; se nascerem defeituosos e monstruosos, afogamo-los, não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis (SÊNECA, apud SILVA, 1986, p.129).

Segundo Castro (apud MARCÍLIO 1998, p.23) na Grécia antiga os bebês nascidos disformes deveriam ser expostos e a deformidade da criança ou a pobreza da família bastavam para que a justiça doméstica decretasse sua morte ou seu abandono. Dessa maneira, podemos observar que a exclusão faz parte da nossa sociedade há algum tempo, onde muitos pais se viam obrigados a matarem seus filhos devido às anomalias e as superstições criadas pela civilização daquela época.

Por conseguinte, as crianças eram vistas como imagem dos adultos, onde ambas seriam moldadas para futuramente exercerem seu lugar na sociedade, diante disso, elas tinham por direito a iniciação aos estudos, esses que começavam bem cedo através de jogos, que possuíam regras, para que assim habituassem as leis que seriam impostas quando atingissem a idade adulta. Assim, apenas as crianças consideradas normais

participavam desse processo de ensino e as que nasciam com deformidades, devido à sociedade achar que não seriam capazes de acompanhar as demais crianças, eram sacrificadas.

Com o passar dos anos, gerações e gerações foram nascendo e morrendo, e a mentalidade humana sobre a perfeição do indivíduo praticamente se manteve inalterada, mas que o ideal sobre crianças e conseqüentemente pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) alterou significativamente. Houve a compreensão que são seres humanos como qualquer outro, merecendo ser valorizados e respeitados, mesmo com suas diferenças. Principalmente pelo fato que os pais não querem mais descartar seus filhos, práticas essas muito comuns antigamente, ainda mais pelo avanço das ciências e novas tecnologias que estudam tais peculiaridades, mostrando que estas não são o fim para determinados indivíduos que as carregam e muito menos um fator dificultador na vida dos pais.

Sendo assim, pais de uma forma geral e a sociedade como um todo, buscam incentivar a inclusão de crianças com Necessidades Educacionais Especiais, mostrando que se a educação e o afeto familiar forem ofertados, podem ter uma vida saudável, condizentes com suas necessidades pessoais e anseios familiares.

De acordo com Carvalho, Rocha e Silva (2006, p.6) nos últimos tempos, como resultado da luta das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais e suas famílias, vem ganhando espaço na sociedade a proposta de romper com os tradicionais paradigmas segregativos e a busca por procedimentos que contribuam para garantir a essas pessoas, condições necessárias à sua participação como sujeitos ativos da sociedade.

2.3 A escola em busca de uma pedagogia inclusiva

A escola constitui uma instituição fundamental presente dentro da sociedade. É nela que o homem adulto dedica a educação para seus filhos e conseqüente desenvolvimento dos mesmos para o progresso do meio ao qual estão inseridos, tendo como princípio básico, a transmissão de conhecimentos adquiridos pelo homem no decorrer da sua existência para toda e qualquer pessoa. Entretanto, a instituição escolar passou por diversas transformações e mudanças de ideologia no decorrer do tempo, havendo a valorização de

alguns princípios em detrimento de outros, como é o caso da inclusão de adolescentes com Necessidades Educacionais Especiais.

A inserção escolar de alunos com NEE no Brasil surgiu após vários debates e da criação de algumas leis, sendo a primeira a LDBN n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, contemplando também a Educação Especial, com a introdução do Título X, "Da educação de Excepcionais", artigos 88 e 89, in verbis: "Art. 88. A educação de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, deverá enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade"; "Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação desta parcela da população, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções".

Dessa maneira, a partir do surgimento dessas leis, dentre outras, tornou-se possível a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais em escolas específicas, considerado um grande avanço no âmbito educacional. Pois antigamente essas pessoas não possuíam o acesso a educação, a não ser se fossem de uma família que possuía condições financeiras, o que também não era garantia.

O tema da educação inclusiva tem despertado, no meio educacional, angústias e entusiasmos. A mudança de um sistema educacional, que se caracterizou tradicionalmente por ser excludente e segregatório, para um sistema educacional que se comprometa efetivamente a responder, com qualidade e eficiência, às necessidades educacionais de todos, inclusive às dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, exige um processo complexo de transformação, tanto do pensar educacional, como da prática cotidiana de ensino (SILVA; ARANHA, 2005, p.2).

O primeiro passo para alcançar uma educação inclusiva de qualidade, é a mudança do sistema educacional como um todo, para que assim possa atingir de uma maneira geral todas as demandas das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. Assim, a equipe pedagógica deverá reformular teorias e transformar práticas de ensino visando à qualidade da educação, onde a mesma possa abranger todos os alunos. De tal modo que deve haver uma transformação de todo o aparato existente dentro da comunidade escolar, colocando em prática o Projeto Político Pedagógico e levando para o cotidiano escolar, onde é necessária uma estrutura física capaz de atender os anseios de todos os adolescentes com ou sem Necessidades Educacionais Especiais e principalmente a existência de profissionais capacitados para lidar com a diversidade escolar.

De acordo com Vioto e Vitaliano (2012, p. 4 apud Glat 2007, p. 16) a educação inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, onde os mecanismos de seleção e discriminação até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem.

Enquanto Beyer (2006, s./p.) diz que, não basta o professor desenvolver práticas destinadas à inclusão de alunos com NEE. Se não houver o acolhimento, bem como a conscientização de todos os que estão envolvidos neste processo, as propostas destinadas a educação inclusiva não serão efetivadas. Assim, o processo de educação inclusiva requer não apenas ideias propostas em um Projeto Político Pedagógico (PPP), mas também um envolvimento de todos os membros da gestão escolar, visando uma melhoria nos mecanismos educacionais, para assim quebrar os paradigmas impostos pela sociedade e proporcionar um ensino que possibilite o desenvolvimento escolar de todos os alunos.

O desafio é construir e por em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum ou válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas. Ao contrário pondo em andamento na comunidade escolar, uma conscientização crescente dos direitos de cada um (BEYER 2006, p. 76).

2.4 O processo de aceitação do filho e a visão das mães sobre a proposta pedagógica de ensino inclusivo

De acordo com Colissi e Wendling (p. 2,3 apud BIASOLI-ALVES, 2004) a família corresponde a uma instituição que exerce uma influência significativa durante todo o processo de desenvolvimento do indivíduo. Sendo encarada, geralmente, como um grupo que apresenta uma organização complexa e que está inserido em um contexto social mais amplo, mantendo com este constante interação.

Conforme Maciel e Barbato (2010, p.40) a família é certamente o principal e o primeiro contexto de desenvolvimento no qual o ser humano vive. Suas experiências dentro do seio familiar o marcarão por toda a vida.

Com isso, observamos que o princípio de tudo é a base familiar, onde a mesma é responsável pelo suporte psicológico e social, servindo de alicerce para seus filhos, sejam eles com Necessidades Educacionais Especiais ou não. Assim, é necessária uma aceitação quando o filho possui algum tipo de deficiência por parte dos pais, mas muitas vezes a realidade é outra, onde os pais são os primeiros a rejeitar seus filhos, chegando até a abandoná-los.

Sobre o processo de aceitação do filho com deficiência, Teperino (2014), menciona que embora as mães afirmem o amor materno para com seus filhos, ainda assim, o processo de aceitação da deficiência é demorado e complexo, ocasionando sofrimento. Uma das mães participantes da pesquisa da autora, encontra dificuldades em aceitar que o filho com Paralisia Cerebral, poderia vir a utilizar cadeira de rodas futuramente. Enquanto a outra mãe, relata não conseguir lidar com a limitação física do filho, apresentando dificuldades em aceitar que seu filho talvez não conseguiria brincar normalmente com crianças da mesma idade. Esta última vivenciava constantes sentimentos esperançosos que o filho seria “normal” na vida adulta.

Ainda segundo a autora, é importante que não somente os pais, mas todos os demais integrantes da família, saibam enfrentar as expectativas frustradas em relação a situação de deficiência do filho. “Embora o momento seja considerado delicado, pois estão envolvidos sonhos e planos para o filho ideal, o casal precisa exercer a função parental de forma saudável, contribuindo assim para um desenvolvimento adequado dentro das limitações do mesmo” (TEPERINO, 2014).

Segundo Lopes, Kato e Corrêa (2002 apud Umphred, 1994) a educação e o suporte familiar são os aspectos mais benéficos quando se educa uma criança incapacitada. Contudo, isso nem sempre tem sido feito de maneira adequada. Enquanto Santos, Santos e Oliveira (2013, p. 38), descrevem que os pais são agentes indispensáveis no processo educacional dos filhos. A família é a que melhor conhece a criança porque a acompanhou desde seu nascimento e, da mesma maneira, a criança sente-se mais segura estando próxima da sua família.

De acordo com Santos, Santos e Oliveira (2013, p. 40) o processo de inclusão deve começar pela própria família. Muitos pais não confiam em deixar seus filhos com NEEs na escola, devido a possuem um pensamento negativo diante do processo de inclusão. De uma

forma geral pode-se verificar que pais de adolescentes com NEEs ao possuírem dificuldade em educar seus filhos acabam creditando também à escola a mesma dificuldade. Pois analisam que a escola não consegue atender com qualidade os alunos sem deficiência nas séries que compõem a grade de ensino, nem tão pouco, propiciar a formação aos adolescentes com NEEs.

A afetividade por seus filhos gera um preconceito para com a escola creditando a esta, ensino deficiente por não possuir estrutura necessária para acolhe-los, com materiais didáticos insuficientes e professores sem nenhuma capacitação, muitas vezes sem mesmo verificar a realidade daquela respectiva escola. É fato que existe certo despreparado em toda rede educacional, mas que muito já evoluiu em prol de ensino de qualidade aos adolescentes com Necessidades Educacionais Especiais, seja ela qual for, com a elaboração de PPPs mais inclusivos, e a partir deste uma cadeia de consequências que propiciou a elevação do nível de ensino.

Dessa forma, cabe aos pais ampliarem seus pensamentos para a importância de seus filhos saírem do seio familiar e vivenciar experiências novas, que não estão no seu cotidiano e que podem ser aprendidas dentro da sala de aula, mesmo possuindo Necessidades Educacionais Especiais. Assim, os pais devem respeitar a escola e lhe creditar maior valor e autonomia para que essa possa agir na educação de seus filhos. Como também ser um agente efetivo, ativo e participativo na educação de seu filho dentro de sala de aula, uma vez que não é porque seu filho está na escola que a educação não lhe é responsabilidade, e assim juntamente com a gestão escolar buscar contribuir para o desenvolvimento educacional e social do adolescente.

Conforme Teperino (2009), um dos fatores que contribuem para que o processo de aprendizagem de pessoas com deficiência ocorra satisfatoriamente, é que esta pessoa precisa estar equilibrada emocionalmente. Quanto mais intensidade e qualidade for o contato afetivo estabelecido com a criança, maiores serão as experiências sensoriais, proporcionando um maior desenvolvimento. Portanto, podemos considerar que a família possui um papel importante na estimulação do ambiente que o indivíduo está inserido.

Por conseguinte, os pais são um dos principais mediadores da inclusão escolar, pois deles devem partir a iniciativa de colocar seus filhos nas escolas, mas como foi citado

anteriormente, muitas vezes eles analisam esse processo de forma negativa, pois são tomados pelo medo de que seus filhos sejam maltratados e excluídos dentro do âmbito escolar e por vezes preferem priva-los.

Os pais de crianças com NEEs encontram diante de si um longo caminho de obstáculos na educação de seus filhos, e a participação deles, neste processo, é o que determinará o avanço educacional destas crianças. O preconceito e a discriminação que sofrem as crianças com NEEs deixam os pais temerosos em colocá-los em uma escola e em deixá-los em convívio social. Em outros casos, existem pais que lutam para que seus filhos sejam aceitos dignamente em algumas escolas. Isto ocorre porque muitas famílias veem de forma negativa a inclusão escolar e não aceitam que seus filhos sem necessidades estudem com uma criança com NEEs (SANTOS; SANTOS & OLIVEIRA, 2013, p. 39).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar como as mães de adolescentes com baixa visão entendem da deficiência de seus filhos e observam o ensino escolar proporcionado a eles, buscando evidenciar a importância da participação das mesmas no desenvolvimento dos filhos.

3.2 Objetivos Específicos

- Observar como é a aceitação da criança por parte da família após o diagnóstico da deficiência visual;
- Avaliar as modificações tanto estruturais como pedagógicas na família e na escola em busca de melhores métodos e práticas de ensino, em prol da inclusão.
- Analisar o grau de capacitação dos professores para lidar com tais educandos;
- Compreender a importância da participação das mães no cotidiano escolar para o desenvolvimento de seus filhos, verificando se os mesmos estão preparados para aceitar a inclusão.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho foi elaborado via pesquisa qualitativa, onde ao invés de obter informações por quantidade de dados e elementos, busca desvendar ideias, pensamentos e conceitos sobre determinado objeto de estudo. Uma vez que tem por objetivo dar liberdade e espontaneidade tanto para o pesquisador, como ao pesquisado, interpretando tantas as linhas como entrelinhas presente nas informações obtidas em campo.

De acordo com Neves (1996, p.1) a expressão “pesquisa qualitativa” assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados.

4.1 Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada com 3 (três) mães de adolescentes que possuem baixa visão e frequentam o 1º ano de uma escola de Ensino Médio estadual na cidade de Cruzeiro do Sul/Acre, que atende a uma clientela que corresponde ao número de 1083 alunos entre adolescentes, jovens e adultos, provenientes de famílias com um nível sócio econômico médio e baixo. Os alunos foram selecionados mediante a orientação por parte da professora da sala de inclusão, que informou a maior participação destes e de suas mães na escola. Já em relação a instituição escolar foi selecionada por ser uma das três escolas de Ensino Médio da cidade, e das quais, dentre as que foi procurada para realizar o trabalho, foi a que melhor atendeu proativamente as solicitações do trabalho.

4.2 Participantes

As três mães entrevistadas possuíam filhos que desenvolveram baixa visão e que frequentam uma escola estadual de Ensino Médio na cidade de Cruzeiro do Sul/Acre. Adolescentes estes, que frequentam o primeiro ano de tal ensino, possuindo a idade respectiva, um de 16 e dois de 15 anos. As famílias possuíam classe social similar, tendo uma renda mensal em torno de R\$ 1.000 reais, o que pouco lhes proporciona a aquisição e utilização de recursos, tanto para médicos, tratamentos e informações. As mães estão compreendidas em uma faixa etária de 36 a 43 anos (36, 41, 43) sendo o filho com baixa

visão respectivamente primogênito, terceiro e segundo na gestação. E o grau de instrução das duas primeiras é o ensino médio e da primeira apenas o fundamental.

4.3 Materiais

Os recursos utilizados para a construção, organização e análise das informações foram:

- Gravador do celular
- Notebook
- Folha de papel A4
- Caneta

4.4 Instrumentos de Construção de Dados

Para a construção dos dados foi utilizada como instrumento, a entrevista semiestruturada (Apêndice A), com o intuito de obter concepções das mães a respeito tanto de como veem seu filho desde o nascimento e o processo de inclusão destes por parte da escola, e como se traduz a participação das respectivas mães no processo de desenvolvimento escolar.

A entrevista foi utilizada como recurso, por acreditar que a mesma é um procedimento de levantamento de informações empírico e denso, capaz de ser analisado como fonte de investigação.

4.5 Construção e análise de dados

As entrevistas foram realizadas no dia 24 de setembro de 2015, na residência das referidas mães, no período vespertino, com a duração aproximada de 10 minutos cada uma. Antes das entrevistas as mães leram e preencheram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), (Anexo A).

A análise dos dados coletados nas entrevistas semiestruturadas, realizadas com três mães de adolescentes que possuem baixa visão e que tiveram como foco observar suas experiências com os mesmos desde o nascimento e suas perspectivas sobre a inclusão escolar, possibilitou o levantamento de nove categorias de análise.

Duarte (2004, p.220 e 221), afirma que:

As categorias de análise podem ser eleitas pelo pesquisador antes da realização das entrevistas (integrando, portanto, os objetivos das mesmas), a partir de referências teórico/conceituais (como “geração”, “leitura”, “protagonismo”, “socialização profissional” etc.) ou de um conhecimento prévio do campo empírico (“tendências”, por exemplo, é uma categoria importante a ser adotada por um pesquisador que se proponha a estudar o movimento estudantil brasileiro). Podem também emergir no momento da análise, pela identificação por parte do pesquisador de conteúdos recorrentes no discurso de seus entrevistados (“pedaço”, “desbunde”, “rato de cinema” etc. são tipos de categorias que emergem no trabalho de campo). A análise final das entrevistas consistirá em dar sentido ao conteúdo do mosaico de categorias ou indexadores no interior dos quais estarão agrupadas as unidades de significação, tendo como referência os objetivos da pesquisa e o contexto em que os depoimentos foram colhidos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho optamos por apresentar os resultados e a discussão conjuntamente por entendermos que dessa forma as informações seriam melhor compreendidas e valorizadas. A seguir apresentaremos as nove categorias de análise:

Primeira categoria: A reação das mães perante o diagnóstico

Houve consenso nas respostas das mães que idealizavam um modelo de filho. Todas também relataram que no momento em que seus filhos foram diagnosticados foi um momento de reviravolta do ser ideal. As mães relataram ter passado por momentos de muita angústia, de forma que ficaram apreensivas de como iriam cuidar de seus filhos e principalmente como seria o futuro dos mesmos. Relataram que houve o cancelamento de planos de vida, não só para a criança, mas também para toda família, entretanto, o amor dedicado ao mesmo não iria mudar independente do grau de evolução da baixa visão.

“Fiquei muito apreensiva, pois não saberia se eu teria condições de cuidar.” (Mãe 1)

“Os planos que eu tinha pra ele, muitos tiveram que ser cancelados ou reajustados, mas por ser meu filho iria amá-lo da mesma forma.” (Mãe 2)

“Acho que não é uma coisa boa para ninguém, é uma porrada grande em qualquer pai ou mãe que sonha em ter um filho.” (Mãe 3)

Como descendência cultural tanto mães como pais, independente do modelo familiar, almejam um modelo de filho e sentem-se frustrados ao ver que tal expectativa não foi concretizada ao receberem o diagnóstico médico. Isso advém desde os primórdios da humanidade, onde a instituição familiar dedicava aos novos entes que nasciam o futuro da espécie, através da caça e agricultura, usufruindo da força mental e física. Sendo que, mesmo depois de muitas transformações filosóficas e ideais do ser humano, mesmo assim, não está no ideal dos pais ter um filho fora dos parâmetros considerados normais pela sociedade, entretanto, observa-se nas respostas que por ser uma situação imprevista os mesmos passaram pelo processo de aceitação do filho.

Todos vivenciam o choque e o medo com relação ao evento ou ao reconhecimento da deficiência, bem como a dor e a ansiedade de se

imaginar quais serão as implicações futuras. Todos experienciam a perda que gera desapontamento, frustração, raiva, à medida que desaparecem a liberdade e o tempo para o lazer (BRUNHARA; PETEAN, 1999, p. 32 apud VASH, 1988, s./p.).

Segunda categoria: O processo de compreensão da deficiência e a busca por tratamentos e redes de apoio

As mães encontram dificuldades para compreender o motivo pelo qual seus filhos desenvolveram tal característica, e mediante condições financeiras não possuíam informações sobre a deficiência do filho. A equipe médica não foi eficiente para suprir os anseios da criança, principalmente pelo fato de que eram atendidas pela rede pública de saúde, obtendo informações de senso comum, sobretudo da família e da internet.

“Encontrando famílias que também tinham filho com essas necessidades e assim, começamos a trocar ideias, para a melhor convivência de nossos filhos.” (Mãe 1)

“Quando detectamos baixa visão e que os médicos informaram como seria e como procederia e como deveríamos agir, buscamos na época seguir somente o que o médico orientava.” (Mãe 2)

“Sim, pois só assim poderíamos estar tomando as melhores decisões e procurar os melhores tratamentos.” (Mãe 3)

Foi observado que as mães ao receberem o diagnóstico médico sobre a baixa visão de seus filhos não possuíam conhecimento suficiente para agir da melhor maneira possível e enfrentar a realidade a qual se destinava tanto a vida de seu filho, como da família em geral. Assim, devido a classe social a qual pertencem enfrentaram dificuldades para analisar, entender e aceitar a condição de deficiência. Obstáculos esses enfrentados, porque a rede pública de saúde não oferece qualidade no tratamento necessário, acarretando o não acompanhamento adequado e a procura de diagnósticos na internet, e conhecimentos de senso comum na localidade a qual moram.

Para os profissionais envolvidos com as famílias de pessoas portadoras de deficiência, é de suma importância que tenham o maior conhecimento possível das dinâmicas pelas quais passam estas famílias para se

instrumentalizarem emocional e racionalmente, uma vez que a literatura (Brunhara; Petean, 1999, p. 32 apud Regen e cols., 1993; Omote, 1980; Petean, 1995; Petean & Pina-Neto, 1998) tem enfatizado a necessidade de que esses pais recebam o maior número possível de informações, que tenham suas dúvidas esclarecidas para que possam decidir com maior segurança os recursos e condutas primordiais para o bom desenvolvimento de seu filho. (BRUNHARA; PETEAN, 1999, p. 32)

Terceira categoria: A rotina familiar após o diagnóstico

Mediante as informações obtidas verificou-se uma mudança na rotina familiar, principalmente por parte da mãe, que é a que está mais próxima no dia-a-dia do filho. Dessa maneira, foi observado que praticamente toda a família se empenhou em se organizar em horários para que sempre alguém estivesse acompanhando e ajudando as crianças, havendo ainda a adequação da mobília para a sua melhor acomodação. Em um dos casos houve a necessidade da família precisar pagar uma pessoa para suprir o horário que nenhum familiar estivesse disponível. Essas situações deixam evidente a imprescindível mudança na estrutura familiar após o diagnóstico da doença.

“Tive que buscar um trabalho só de um turno, para poder estar ajudando o meu filho em casa e nos trabalhos da escola.” (Mãe 1)

“Alguém precisou disponibilizar pelo menos um período do dia para cuidar do mesmo.” (Mãe 2)

“Como não podia deixar de trabalhar tivemos que dar uma pequena quantia a um familiar para cuidar de nosso filho.” (Mãe 3)

A rotina familiar muda drasticamente após o nascimento de uma criança com Necessidade Educacional Especial. Todo casal possui anseios, características e atividades diárias, e que devem sofrer alteração na rotina a fim de suprir as necessidades do filho dependente. Portanto, deve haver o engajamento familiar de forma que tenha sempre alguém prestando assistência independente do horário e assim abdicando de algumas atividades que eram corriqueiras no seu cotidiano. Além é claro da alteração da organização do mobiliário da residência.

O modo de ser da família é transformado com a deficiência do filho, mostrando-se inicialmente vulnerável frente às atividades cotidianas e, em outro momento, reorganizando-se e evidenciando uma disposição

fundamentada no porvir. A mãe sente a necessidade do apoio da família e da atitude de escuta como suporte emocional e prático para seu convívio e cuidado com o filho deficiente (BARBOSA; CHAUD; GOMES, 2008, p.50).

Quarta categoria: Expectativas para o futuro

No discurso das mães é possível identificar amor e carinho e com ele a esperança de um futuro digno para cada filho, seja por evolução de tratamentos, cotas em concursos e faculdades ou por constituição de famílias. Entretanto, algo que prescinde nas respostas é o medo da evolução da redução da baixa visão, dificultando cada vez mais a vida do filho. Foi possível verificar nas respostas, a preocupação das mães não estarem mais presentes para fornecer suporte e apoio para enfrentar tais paradigmas.

“Ele possa ter um futuro normal, que nem as outras crianças, tendo uma família, um trabalho e atuando na sociedade.” (Mãe 1)

“Imagino mesmo depois de adulto com limitações e sempre dependente de alguém.” (Mãe 2)

“Sonho que tenha uma vida digna, sendo amado e respeitado.” (Mãe 3)

A sociedade é uma instituição exigente que cobra dos seus membros produtividade e qualidade nas suas atividades cotidianas. Por conseguinte, pais visionam que seus filhos sejam seres independentes, ativos e criativos, encaixando-se nesse padrão imposto pela sociedade, ajudando os mesmos a desenvolver autonomia desde crianças, para quando chegarem à fase adulta, se tornarem cidadãos independentes. Todavia, ao observarem que seus filhos possuem alguma limitação que possa prejudicar ações futuras, passam a temer pelo que a sociedade espera dos filhos, principalmente por não saberem se estarão presentes em cada fase do mesmo.

O estereótipo cultural da criança ideal, a expectativa dos pais de que sua prole desempenhe com sucesso os papéis que a sociedade e os pais lhe atribuem e a esperança parental de que o filho atinja ou ultrapasse suas próprias realizações contribuem para sua reação de “simplesmente não pode ser”, quando a criança tem um problema aparente (SOUSA, 2011, p. 57 apud MANNONI, 1999, s./p.).

Muitos pais temem pelo futuro dos filhos, principalmente os pais de crianças com NEE, pois muitas vezes temem em como os filhos poderão se sustentar e quem cuidarão dos mesmos (GUALDA; BORGES; CIA, 2013, p.322 apud PANIAGUA, 2004, s./p.).

Quinta categoria: A decisão pela inclusão escolar

As mães veem o valor que a escola tem na educação de toda e qualquer criança, e mediante a classe social a qual pertencem às famílias tomaram a decisão de colocarem os seus filhos no ensino regular, seja por decisão somente de pai ou mãe, ou através da intervenção de outro membro familiar. Tendo como princípio nesta decisão o dever de arriscar em buscar um ensino digno para seu filho como um educando como todos os outros, mesmo com uma deficiência e assim, proporcionar um desenvolvimento adequado. Mesmo que o medo de que seus filhos possam vir a ser excluídos predominassem nos seus pensamentos.

“Minha e do pai dele, pois vimos que era necessário ele conviver com outras pessoas para assim o mesmo ter um maior desenvolvimento e buscar enfrentar as barreiras propostas pela escola.” (Mãe 1)

“Tínhamos o dever de lhe proporcionar o direito de estudar a medida do possível e ate onde sua deficiência permitisse.” (Mãe 2)

“Não podíamos esconde-lo do mundo o colocando em um casulo e lhe privar de estudar e conviver com outras crianças. ” (Mãe 3)

A escola tem o papel de ajudar os pais a formar e desenvolver crianças e adolescentes através da transmissão de conhecimentos adquiridos no decorrer de sua existência. Como as diversas esferas da sociedade passaram por momentos de evolução e mudanças filosóficas, de forma que o processo inclusivo hoje é bem mais aceito do que tempos passados. Dessa maneira, permitiu que pais de adolescentes com Necessidades Educacionais Especiais optem por colocar seus filhos não só em escolas especiais, mas também em escolas regulares, dependendo do grau da doença, mesmo temendo que seus filhos sofressem represália devido as suas limitações.

O preconceito e a discriminação que sofrem as crianças com NEEs deixam os pais temerosos em colocá-los em uma escola e em deixá-los em convívio social. Em outros casos, existem pais que lutam para que seus filhos sejam aceitos dignamente em algumas escolas. Isto ocorre porque muitas famílias veem de forma negativa a inclusão escolar e não aceitam que seus filhos sem necessidades estudem com uma criança com NEEs (SANTOS; SANTOS; OLIVEIRA, 2013, p.39).

Sexta categoria: Perspectivas da inclusão escolar

Mesmo sendo em ensino regular as mães buscam o melhor ensino possível para seus filhos, acreditando que a escola busque incluir para que se sintam parte da sociedade. E mesmo tendo baixa visão, sejam importantes como todos os demais alunos para a escola de uma forma geral. Entretanto, observam a baixa qualidade do ensino inclusivo, tanto por parte da infraestrutura escolar, como do preparo por parte dos professores, que de uma forma geral é ocasionada por falta formação ou de recursos, ou seja, de investimentos.

“É uma maneira das pessoas com deficiência estarem se sentindo normais, pois estarem vivendo com outras pessoas e tendo as mesmas oportunidades e a mesma educação.” (Mãe 1)

“Se perspectiva for o mesmo que esperar, eu espero uma educação que integre meu filho de forma que o mesmo se sinta parte da sala de aula como um aluno importante como todos os outros, mesmo com sua deficiência, e assim ele possa aprender matemática, português, ciências como todos os demais.” (Mãe 2)

“Inclusão é ruim, mas é o que posso oferecer a meu filho.” (Mãe 3)

A inclusão escolar se caracteriza por inserir qualquer pessoa independente de sua característica, de forma que cada sujeito se sinta parte importante em um todo. Deste modo, pais que tem filhos com Necessidades Educacionais Especiais por terem passado por várias dificuldades na criação dos mesmos, anseiam que a escola consiga suprir por suas expectativas da melhor forma possível, se constituindo por duas características principais: ensino/aprendizado com qualidade e inclusão para seus filhos sem nenhum tipo de discriminação. Há dúvida de como seus filhos estão sendo tratados, educados e principalmente respeitados longe de seus lares. Para tanto, a escola deve estar preparada tanto filosoficamente, via Projeto Político Pedagógico, estruturalmente através do espaço

físico adaptado e profissionais capacitados, sejam eles professores ou gestores, para assim receber adequadamente toda comunidade escolar.

Os pais devem ser entendidos como mediadores no processo de inclusão escolar, não visando apenas ao entrosamento social dos seus filhos, mas pensando no desenvolvimento educacional do mesmo. A escola deve responder às expectativas dos pais, pois eles possuem inseguranças em relação à inclusão escolar. Muitos se perguntam se seus filhos sofrerão discriminação, se serão bem aceitos e terão educação especializada e de qualidade (SANTOS; SANTOS; OLIVEIRA, 2013, p.39).

Sétima categoria: As relações interpessoais como parte do processo de desenvolvimento

Se relacionar com outras pessoas faz parte da evolução e desenvolvimento de todo ser humano, portanto as mães sabem da importância de estabelecer e proporcionar relações interpessoais saudáveis e adequadas aos filhos. Todo e qualquer cidadão tem direitos como estudar, ter amigos, sorrir e brincar, dentre outros, e deveres, com intuito de evoluir tanto socialmente como educacionalmente, para fortalecer amizades para enfrentar possíveis obstáculos e desenvolver emocionalmente.

“Possibilitando que o mesmo possa estar vivendo em uma sociedade e aprender a revidar aos preconceitos que possa enfrentar.” (Mãe 1)

“Ele não é único no mundo que possui esta deficiência e assim deve viver, deve brincar, deve sorrir e isso vem não só de dentro de casa.” (Mãe 2)

“É importante a convivência com outras pessoas.” (Mãe 3)

O ser humano é um ser social que anseia desde o nascimento pela convivência em comunidade, de forma que ao crescer constitui uma cadeia de relacionamentos entre seres da mesma espécie, para que assim consiga evoluir e se desenvolver em um meio social adequado. Assim, toda criança precisa tanto de pais que o criem e eduquem, como de colegas e amigos que troquem afeto e experiências de vida, havendo assim um desenvolvimento igualitário. Na escola não é diferente para adolescentes com Necessidades Educacionais Especiais, que por terem tal característica necessitam da mesma forma que os demais adolescentes dessa relação interpessoal, para que se sintam membros integrantes de um todo e consequentemente importantes.

Ao destacar a importância das interações sociais, traz a ideia da mediação e da internalização como aspectos fundamentais para a aprendizagem, defendendo que a construção do conhecimento ocorre a partir de um intenso processo de interação entre as pessoas. Portanto, é a partir de sua inserção na cultura que a criança, por meio da interação social com as pessoas que a rodeiam, vai se desenvolvendo (REIS, 2006, p.16 apud Vygotsky 1994, s./p.).

Oitava categoria: O preconceito no âmbito escolar

As mães relataram que acreditam que o preconceito é controlado ou inexistente dentro da escola, pois nunca precisaram intervir diretamente por atos discriminatórios. Entretanto, uma das mães relatou que o preconceito sempre existe para com seu filho, o excluindo dentre os demais em atividades dentro e fora da escola, deixando visível que percebe que por seu filho ter baixa visão, alguns colegas de sala o excluem ou o deixam como última opção em atividades de grupo.

“A escola sempre tomou as providências caso isso ocorresse.” (Mãe 1)

“Sempre existe aquele preconceito nos trabalhos em grupo, nos exercícios e tarefas em sala de aula.” (Mãe 2)

“Sempre achei que foi bem tratado mesmo sendo deficiente.” (Mãe 3)

Por muitas vezes a sociedade valoriza um modelo ideal de pessoas, a escola como instituição integrante e fundamental na mesma, acaba que internalizando certo preconceito para com adolescentes com NEE. Ao falar em escola, estamos falando da comunidade escolar, gestores e professores, que por despreparo algumas vezes menosprezam o intelecto e o potencial dos educandos, por não terem práticas educativas inclusivas capazes de atingir todos os alunos, onde algumas vezes em sala de aula, os professores, por falta de conhecimento, não lhe disponibilizam a atenção devida. Assim, observa-se que muito se tem mudado na busca de uma educação inclusiva, com a integração de crianças e adultos detentores das mais variadas limitações e que isso, é um avanço grandioso se olharmos para um passado recente, o que favoreceu para o desenvolvimento de todas as pessoas que ingressam na escola, seja ela quem for, entretanto, observa-se que o preconceito mesmo que de forma indireta, por vezes se faz presente dentro da escola.

Diante dessa realidade, a possibilidade da entrada da criança com deficiência no ambiente escolar parece ser recebida pelos pais, em um

primeiro momento, com muita apreensão e medo. Esse temor é ainda reforçado pela atitude de algumas escolas comuns que se sentem despreparadas para incluir essas crianças no ambiente escolar e pouco aptas para enfrentar o desafio de uma educação focada no desempenho funcional, e não nas limitações iniciais ou permanentes da criança com deficiência (ARAUJO; LIMA, 2011, s./p. apud GOMES; BARBOSA, 2006; GOMES; REY, 2007; SILVEIRA; NEVES, 2006; SOUZA, 2005).

Nona categoria: Participação das mães no ambiente escolar

Todas mães envolvidas possuem atividades que consomem grande parte de seu dia, seja por trabalho fora de casa ou por trabalhos domésticos, o que dificulta a presença das mesmas constantemente na escola que seus filhos frequentam. Por conseguinte, observa-se uma diferença de frequência entre as três mães entrevistadas. Isso porque, uma mãe alega que seu tempo está sobrecarregado, outra que frequenta quando solicitada e a outra procura sempre acompanhar a rotina escolar de seu filho, tanto na sala regular, quanto na de recursos, inclusive na tomada de algumas decisões da escola.

“Sempre que solicitada compareço na escola e converso com os professores. (Mãe 1)

“Busquei sempre estar presente na educação do meu filho, busco sim participar na tomada de decisões da escola que busque uma educação inclusiva.” (Mãe 2)

“Acabo que não participando muito da vida escolar dele, sei que isso não é bom, mas não vejo outra maneira.” (Mãe 3)

Como mencionado anteriormente, a escola é uma instituição responsável em transmitir conhecimentos no decorrer dos anos, propiciando assim o desenvolvimento global de crianças e adolescentes. Porém, muitas vezes algumas mães delegam à escola toda a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso escolar, seja por aluno com NEEs ou não. Todavia, não observam que são agentes essenciais na elaboração e construção de um ano letivo de qualidade para os seus filhos, e para isso devem ser agentes ativos no processo educacional, agindo em parceria com a gestão escolar, frequentando a mesma periodicamente e não somente quando solicitado.

Os pais são agentes indispensáveis no processo educacional dos filhos. A família é a que melhor conhece a criança porque a acompanhou desde seu nascimento e, da mesma maneira, a criança sente-se mais segura estando próxima da sua família. Para Petean e Borges (2002), a participação da família promove o desenvolvimento da criança e atua como agente

mediador entre a escola e o meio social (SANTOS; SANTOS; OLIVEIRA, 2013, p.38).

Os professores precisam contar com a participação dos pais para que haja uma parceria colaborativa e a escola deve incentivar este processo, promovendo momentos em que a comunicação entre ambos os lados seja viável (SANTOS; SANTOS; OLIVEIRA, 2013, p.45 apud FERRAZ; ARAÚJO; CARREIRO, 2010, s./p.).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou a percepção de três mães desde o nascimento até o processo de inclusão escolar de seus filhos, que possuem baixa visão. De forma que, buscasse analisar e entender como elas entendem a deficiência e observam o ensino proporcionado a seus filhos, buscando evidenciar a importância da participação das mesmas para o desenvolvimento escolar destes.

Assim, para entender como ocorreu esse processo foi realizado uma pesquisa qualitativa por meio de entrevista semiestruturada para caracterizar o âmbito familiar e escolar. Observando dessa maneira, para com a família a ajuda de parentes e até mesmo conhecimentos adquiridos, seja de busca individual a informações médicas. Sendo assim, percebidos algumas dificuldades similares em todas as famílias e outros específicos apenas de algumas, como por exemplo, classe social. Chegando ao momento do ingresso escolar em que o pai toma a decisão de colocar seu filho sobre a tutela do Estado, isso por que, até então seu filho estava sendo considerado protegido do mundo a sua volta, por estar dentro de casa e a partir de tal momento, estará longe da guarda familiar e deverá assim, interagir com outras pessoas, em um ambiente totalmente adverso, que não está familiarizado.

Mediante os dados obtidos, foi observado que as mães nem sempre estão preparadas para lidar com as limitações de seus filhos, seja por um ideal padronizado de filho ou por não possuírem recursos para lidar com a situação. Ao se encontrarem frente com a mesma, precisam readaptar sua rotina de vida afim de proporcionar o bom desenvolvimento para seus filhos, seja ele social ou escolar. Culminando, com o momento de inseri-los na escola, onde se apresenta um mundo novo de alternativas e obstáculos de vivência, daí advém muitas vezes uma análise preconceituosa por parte das mães por acreditarem que a escola não irá proporcionar um ensino adequado a seu filho, além de sofrer com preconceito e também por parte da escola por acreditar que não está preparada para o processo inclusivo.

Consideramos a importância da elaboração de projetos de suporte para os pais que possuem filhos com Necessidades Educacionais Especiais. A dificuldade enfrentada pelas mães desta pesquisa, em lidar com as limitações dos filhos, foi encontrada também em dados da literatura brasileira. Entendemos que a forma que as mães lidam com a

deficiência de seus filhos, impacta diretamente na maneira que a família vai enfrentar as peculiaridades do mesmo, interferindo em todo o processo de desenvolvimento, seja ele físico, cognitivo e/ou psicossocial.

Ressaltamos um dado importante encontrado na pesquisa referente a não participação dos pais no momento da entrevista. Os mesmos foram convidados a participar juntamente com as mães, no entanto recusaram-se. Acreditamos que essa situação seja em decorrência de dois fatores. O primeiro na dificuldade em falar sobre a deficiência dos filhos, o que deve ser tratado aqui de forma respeitosa. Outro fator que acreditamos contribuir para a não participação dos pais, é a limitada interação e envolvimento dos pais na educação dos filhos com Necessidades Educacionais Especiais. Fator este apresentado pela literatura brasileira que relata que muitos pais encontram dificuldades em se envolver com tarefas relacionadas aos cuidados dos filhos devido a questões de gênero e culturais, quando muitas vezes a mulher é responsável em assumir os cuidados sozinha. Ainda em relação a não participação dos pais, enfatizamos que os objetivos e o título inicial deste trabalho, precisaram ser alterados para se adequar a realidade encontrada pelo autor. Outro fator que merece destaque é a escassez na literatura de trabalhos que envolvam os pais de uma forma geral (não só as mães, com também os pais, estes já destacados anteriormente pelo não interesse da participação no trabalho), o que dificultou bastante na elaboração do respectivo projeto.

Uma informação bastante perceptível na conclusão do trabalho foi à carência de uma participação familiar na escola, seja por motivos pessoais ou profissionais, mas que de uma forma direta ou indiretamente prejudicava no desenvolvimento do adolescente, uma vez que o mesmo não tinha o apoio familiar necessário dentro da escola, como mencionado na nona categoria de resultados e discussões. Assim, no decorrer da entrevista foi observado que a cada ano escolar a qual o aluno avançava havia um maior distanciamento dos pais da escola, motivo esse que os pais alegavam que seu filho já não era mais uma criança tão dependente como em anos anteriores, mesmo com deficiência, uma vez que já chegara a um grau de maturação que permitia aos pais um maior distanciamento e uma maior dedicação de responsabilidade a escola. O que ao olhar do autor é um ponto que prejudica drasticamente o aprendizado e desenvolvimento de todas as crianças/adolescentes principalmente para alunos com necessidades especiais educacionais. Dessa forma, não é porque o filho tem deficiência ou não, é criança ou adolescente, cabe

aos pais como responsáveis e educadores de seus filhos terem consciência da importância da participação escolar, seja ela cotidiana ou esporádica, mas que seja consciente e efetiva havendo assim resultados no desenvolvimento de seus filhos.

O presente trabalho permite a compreensão que o preconceito para com pessoas que possuem algum tipo de Necessidade Educacional Especial, muitas vezes está presente desde o seu nascimento com os próprios familiares e que se perdura ao longo de sua vida, e na escola não é diferente. Assim, observa-se que a concepção de preconceito em ambas as estruturas da sociedade ou é por falta de condições ou por falta de conhecimentos. Devendo as estruturas familiar e escolar, responsáveis em fornecer maior embasamento, alicerce e desenvolvimento ao indivíduo, se unirem para proporcionar um desenvolvimento adequado, devendo assimilar um conceito de que a pessoa com Necessidade Educacional Especial é um ser humano como os demais, portanto, são detentores do direito de ter afeto, respeito e educação de qualidade.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Denize Arouca. LIMA, Elenice Dias Ribeiro de Paula. **Dificuldades enfrentadas pelo cuidador na inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral.** Educ. rev. vol.27 no.3 Belo Horizonte Dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982011000300014>. Acessado em: out.2015.

BARBOSA, Maria Angélica Marcheti. CHAUD, Massae Noda. GOMES, Maria Magda Ferreira. **Vivências de mães com um filho deficiente: um estudo fenomenológico.** Acta paul. enferm. vol.21 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002008000100007&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acessado em: out.2015

BRUNHARA, Fabíola. PETEAN, Eucia Beatriz Lopes. **Mães e filhos especiais: reações, sentimentos e explicações à deficiência da criança.** Paidéia, FFCLRP – USP, Rib. Preto, junho/99. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/paideia/v9n16/04.pdf>. Acessado em: out.2015

CARVALHO, Alfredo Roberto de; ROCHA, Jomar Vieira da; SILVA, Vera Lúcia Ruiz Rodrigues da. **Pessoa com deficiência na história: modelos de tratamento e compreensão.** Gráfica UNIOESTE – 30/05/06. Disponível em: <http://www.unioeste.br/pee/arquivos/pessoa_com_deficiencia_aspectos_teoricos_e_praticos.pdf>. Acesso em: fev. 2015

CASTRO, Heloisa Vitória de. **Educação especial e inclusão de pessoas com deficiência na escola: um olhar histórico – social.** Disponível em: <https://anaisdosimposio.fe.ufg.br/up/248/o/1.4.__27_.pdf>. Acesso em: fev. 2015.

COLISSI, Aricelli Natus; WENDLING, Maria Isabel. **Pais de filhos com deficiência mental: sentimentos, vivências e desafios perante a sociedade.** Artigo de pesquisa apresentado ao Curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Taquara. Disponível em: <<https://psicologia.faccat.br/moodle/pluginfile.php/197/course/section/98/aricelli.pdf>>. Acesso em: fev. 2015.

Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar. / Celeste Azulay Kelman [et al.]; coordenação de Diva Albuquerque e Silvine Barbatto. – Brasília: Editora UnB, 2010. 280 p. : il. color. ; 23cm.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas.** Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <[file:///C:/Users/Licynha%20Santos/Downloads/Entrevistas%20em%20pesquisas%20qualitativas%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Licynha%20Santos/Downloads/Entrevistas%20em%20pesquisas%20qualitativas%20(2).pdf)>. Acesso em: out. 2015.

GUALDA, Danielli Silva. BORGES, Laura. CIA, Fabiana. **Famílias de crianças com necessidades educacionais especiais: recursos e necessidades de apoio.** Revista Educação Especial | v. 26 | n. 46 | p. 307-330 | maio/ago. 2013 Santa Maria Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial>>. Acessado em: out.2015.

Igualdade nas diferenças : os significados do “ser diferente” e suas repercussões na sociedade [recurso eletrônico] / org. Soraya Bragança, Marcelo Parker. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2009. 146 p. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/igualdadenasdiferencas.pdf>>. Acessado em: out.2015.

LOPES, Gislaine Bacarin; KATO, Lucila Suemi; CORRÊA, Patricia Ribeiro Campos. **Os pais das crianças com deficiência: reflexões acerca da orientação em reabilitação motora.** Psicol. teor. prat. v.4 n.2 São Paulo 2002. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-36872002000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: fev. 2015.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades.** Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, V.1, nº3, 2º Sem./1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acessado em: set. 2015.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente** / Bauru : MEC/FC/SEE, 2008. 12 v. : il. Disponível em: <<http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/Livro2.pdf>>. Acesso em: fev. 2015.

SANTOS, Edinete Ribeiro de Lima; SANTOS, Fabiana Rodrigues dos; OLIVEIRA, Thereza Cristina Bastos Costa de. **Papel dos pais no processo de inclusão escolar e na aprendizagem de filhos com necessidades educacionais especiais.** Revista Discentis. 2ª Edição. Julho 2013. Disponível em: <http://www.unebirece.org/revista/artigo4_2edicao.pdf>. Acesso em: fev. 2015.

SILVA, Otto Marques da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje.** São Paulo: Ed. CEDAS, 1986.

SILVA, Simone Cerqueira da; ARANHA, Maria Salete Fábio. **Interação Entre Professora E Alunos Em Salas De Aula Com Proposta Pedagógica De Educação Inclusiva.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Set.-Dez. 2005, v.11, n.3, p.373-394. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v11n3/v11n3a05.pdf>>. Acesso em: fev.2015.

SOUSA, Rachel Cassiano de. **Reações E Expectativas De Mães Em Relação À Surdez De Seus Filhos** / Rachel Cassiano de Sousa. - 2011. 84p. Disponível em: <[file:///C:/Users/Licyinha%20Santos/Downloads/rachel_cassiano_de_sousa%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Licyinha%20Santos/Downloads/rachel_cassiano_de_sousa%20(1).pdf)>. Acessado em: out.2015.

TEPERINO, Ana Paula Pertussati. **A relação conjugal em famílias com um filho com Paralisia Cerebral.** 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2014.

TEPERINO, Ana Paula Pertussati. **Paralisia Cerebral e desenvolvimento cognitivo**. 2009. 40 p. Trabalho de conclusão do curso de especialização em Neuropsicologia (Monografia). Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2009.

VIOTO, Josiane Rodrigues Barbosa; VITALIANO, Célia Regina. **O Papel Da Gestão Pedagógica Frente Ao Processo De Inclusão Dos Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais**. IX ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/660/668>>. Acesso em: fev. 2015.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevista semiestruturada

1. Como você reagiu ao saber que teria um filho com necessidades especiais?
2. Receberam ajuda profissional?
3. Vocês buscaram entender a deficiência e os melhores diagnósticos, visando a melhoria de vida do seu filho?
4. Como é o relacionamento atualmente da família de uma forma geral para com a criança?
5. Em relação à rotina familiar, quais as alterações necessárias para se adaptar a deficiência do seu filho e propiciar a melhor condição de vida possível?
6. Qual o futuro que imagina que o mesmo terá?
7. Como e de quem foi a decisão de colocar o seu filho na escola regular?
8. Qual sua perspectiva sobre a inclusão escolar? E como veem a qualidade desta educação? O que propõem para possíveis melhorias?
9. Você acha que a interação do seu filho com outras crianças ajuda no processo de desenvolvimento?
10. Foi preciso alguma vez intervir em algum ato preconceituoso dentro do âmbito escolar?

ANEXOS

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando (a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo (a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o (a) pesquisador (a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor (a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário: _____

E-mail (opcional): _____